PROJETO DE LEI Nº 122, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

Aprova a planta de valores dos imóveis, estabelece a política tributária para o exercício de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJEADO, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam corrigidos, para o exercício de 2018, em 2,6% (dois vírgula seis por cento) os valores do m² dos terrenos e das edificações para o cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), cuja Planta de Valores faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º Salvo as que tiverem legislação própria, as demais taxas municipais e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, alíquota fixa, serão corrigidas igualmente em 2,6% (dois vírgula seis por cento), em relação aos valores praticados no exercício de 2017.

Art. 3º Aos contribuintes que pagarem de uma só vez o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) Fixo, a Taxa de Vistoria de Licença para Localização (TVLL), as Taxas de Serviços Urbanos (TSU) e a Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária (TFVS), serão concedidos descontos, conforme segue:

I – 15% (quinze por cento) até o dia 23/02/2018; e

II - 7,5% (sete vírgula cinco por cento) até o dia 23/03/2018.

Art. 4º Os tributos referidos no artigo anterior, não pagos na forma nele prevista, poderão ser pagos, até o vencimento (23/04/2018), de uma só vez, sem desconto ou acréscimos, podendo, também ser parcelados, com juro simples de 1% (um por cento) ao mês, em parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo a primeira no mês em que ocorrer o parcelamento, sendo que a última não poderá ultrapassar o exercício financeiro da competência.

§1º Os contribuintes que não optarem por nenhuma das opções de pagamento em cota única terão, automaticamente, seus tributos parcelados em até 8 (oito) vezes, em parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo a primeira no dia 10/05/2018 e as demais nos dias 10 (dez) dos meses subsequentes.

§2º Em caso de parcelamento, o valor da parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 5º Os débitos não pagos, nem parcelados até 23/04/2018, passarão a ser corrigidos à base de 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) por dia.

Art. 6º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, alíquota variável, será arrecadado em 12 (doze) parcelas mensais, vencíveis a partir de janeiro, sempre no dia 25 de cada mês.

Art. 7º No caso de pagamento parcelado dos tributos previstos nos artigos 4º e 6º desta lei, as parcelas vencidas sofrerão reajuste de 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) por dia de atraso.

Art. 8º Os valores ainda previstos na legislação em UFIR ou outro indexador, serão transformados e atualizados em reais, sofrendo reajuste de 2,6% (dois vírgula seis por cento) sobre o valor praticado em 2017.

Parágrafo Único. Todos os débitos lançados serão corrigidos em 2,6% (dois vírgula seis por cento) tendo como base os valores de 31/12/2017, sem prejuízo dos demais acréscimos durante o exercício de 2017, já previstos na legislação vigente.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

LAJEADO, 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

**MARCELO CAUMO
PREFEITO**

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 122, DE 10 DE NOVEMBRO
DE 2017.

Expediente: 26238/2017.

SENHOR PRESIDENTE.
SENHORES VEREADORES.

Encaminhamos à apreciação desse Poder Legislativo o anexo Projeto de Lei que apresenta a proposta da planta de valores dos terrenos e edificações, para fins de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), para o exercício de 2018.

Na elaboração da nova planta de valores informamos que o m² das edificações, bem como dos terrenos, serão corrigidos em 2,6% (dois virgula seis por cento), considerando a inflação de outubro de 2016 a setembro de 2017 registrada pelo IPCA (IBGE).

Também está sendo proposto o reajuste de 2,6% (dois virgula seis por cento) para o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) – alíquota fixa e às taxas municipais.

Optou-se, mediante análise técnica, pela extinção da possibilidade de pagamento com o desconto mínimo de 5%, já que poucos contribuintes aderiam ao pagamento nesta etapa. Conforme levantamento realizado (anexo a presente mensagem justificava) menos de 2% dos pagamentos de IPTU e alvarás em parcela única foram realizados com desconto de 5%. Com isto será possível aumentar o parcelamento de 7 (sete) para 8 (vezes), atendendo uma demanda de muitos contribuintes de um prazo maior.

O Projeto de Lei também contempla a política tributária para o exercício de 2018, prevendo descontos para pagamentos feitos em cota única e acréscimos para a quitação de valores após o prazo de vencimento e em casos de inadimplência.

Solicitamos que a matéria seja apreciada em regime de urgência conforme dispõe o art. 89 da Lei Orgânica Municipal.

Atenciosamente,

LAJEADO, 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCELO CAUMO
PREFEITO

TABELA PAGAMENTOS IPTU 2017		%
DESC. 15%	R\$ 18.488.465,78	86,88
DESC. 7,50%	R\$ 1.297.065,39	6,09
DESC. 5,00%	R\$ 422.364,32	1,98
SEM DESC.	R\$ 1.073.485,32	5,04
Total	R\$ 21.281.380,81	

TABELA DE PAGAMENTOS ALVARA 2017		%
DESC. 15%	R\$ 1.599.844,65	77,89
DESC. 7,50%	R\$ 182.877,46	8,90
DESC. 5,00%	R\$ 39.426,60	1,92
SEM DESC.	R\$ 231.937,92	11,29
Total	R\$ 2.054.086,63	